

# EXPANSÃO URBANA E SISTEMAS DE ÁREAS VERDES: PAISAGENS MUTÁVEIS EM GOIÂNIA<sup>1</sup>

Ana Cristina Rodvalho Reis<sup>2</sup>  
Sandra Catharinne Pantaleão<sup>3</sup>

**DOI: 10.5752/P.2316-1752.2021v28n42p198-240**

## Resumo

O artigo discute a prevalência do sistema viário sobre o de áreas verdes no ordenamento territorial de Goiânia. Em seu crescimento houve a superação das barreiras iniciais - os cursos d'água. O Córrego Botafogo teve sua margem direita ocupada irregularmente: a cidade informal fora do perímetro urbano inicial. A expansão urbana e o crescimento demográfico levaram a implementação de políticas urbanas. Apesar da legislação urbanística, a produção do espaço urbano dota os fundos de vale como atrativos para determinar a localização residencial: ao redor dos parques urbanos nas áreas centrais,

---

<sup>1</sup>Este artigo toma por base investigação em andamento da dissertação de Ana Cristina Rodvalho Reis, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial (MDPT) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) sob orientação de Sandra Catharinne Pantaleão.

<sup>2</sup>Engenheira Civil, pela Universidade Federal de Goiás. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da PUC Goiás e Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC Goiás.

<sup>3</sup>Arquiteta e Urbanista pela PUC Goiás. Doutora em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade de Brasília; Mestrado em Geografia - Dinâmica Socioambiental, pela Universidade Estadual de Londrina (2010); docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial e do Curso de Arquitetura e Urbanismo e da PUC Goiás.

edifícios de habitação coletiva e nas franjas urbanas, próximo às nascentes, os condomínios horizontais fechados.

**Palavras-chave:** Sistema de áreas verdes; Especulação imobiliária; Goiânia; paisagem urbana; expansão urbana.

### **Abstract**

The purpose of this paper is discussing the road system's prevalence over the green areas in the urban planning of Goiânia. In its growth there was the overcoming of the initial barriers - the watercourses. The Botafogo stream had its right bank was occupied irregularly: the informal city outside the planning initial. The urban sprawl and the population growth add the implementation of urban policies. Despite Urban Planning, the valley floor is a place of interest for the production of urban space. It determines the residential location in the contemporary city: collective housing are located around the urban parks in the central areas, and gated communities are near the springs.

**Keywords:** green areas; property speculation; Goiania; urban landscape; urban sprawl.

### **Resumo**

El artículo analiza la prevalencia del sistema viario sobre lo de áreas verdes en la planificación de Goiânia. En su crecimiento hubo la superación de las barreras iniciales: los cursos de agua. El arroyo Botafogo tenía su margen derecha ocupada de manera irregular: la ciudad informal fuera del perímetro urbano inicial. La expansión urbana y el crecimiento de la población han llevado a la implementación de políticas urbanas. A pesar de la legislación urbana, la producción de espacio urbano proporciona fondos del valle tan atractivos para determinar la ubicación residencial: alrededor de los parques urbanos en las áreas centrales, edificios de viviendas colectivas y en las franjas urbanas, cerca de los manantiales, los condominios horizontales cerrados.

**Palabras-llave:** Sistema de área verde; Especulación inmobiliaria; Goiânia; paisaje urbano; expansión urbana.

## 1. Introdução

A dinâmica de formação do espaço intraurbano no Brasil se intensificou a partir dos anos 1940/50, levando ao inchaço dos núcleos citadinos desencadeando desafios para absorver a população advinda do meio rural. Em Goiânia, cidade planejada na década de 1930, houve o esgarçamento do seu território nos anos 1950, quando inúmeros loteamentos foram aprovados, corroborando para um crescimento contínuo e descontínuo em diversas direções, superando muito rapidamente as barreiras naturais que delimitaram não plano proposto por Atílio Correa Lima, arquiteto contratado para sua elaboração.

As mudanças da paisagem imaginada por seus idealizadores foram decorrentes da migração e da atuação dos empreendedores imobiliários que viram, na cidade nova, oportunidades de melhores condições de vida. Projetada para 50 mil habitantes, Goiânia sofreu uma série de transformações desde a década de 1950, alterando sua forma urbana que, devido ao grande crescimento populacional, se expandiu além dos limites previstos no plano inicial. Nos anos 1960, a cidade registrava 371.971 habitantes, com um déficit habitacional de 4 mil moradias. Previa-se para as décadas seguintes uma alta taxa demográfica: estimava-se, em estudos preliminares, uma população de 436.000 em 1970 e 1.430.000, em 1980. As projeções populacionais indicam a intensa urbanização e, em consequência, a expansão do perímetro urbano, sem, contudo, a garantia de um ordenamento territorial adequado e que englobasse aspectos ambientais ou tampouco um planejamento que visasse controlar a expansão urbana e sanar o déficit habitacional.

Quanto às políticas públicas, um dos maiores desafios está em encontrar boas soluções para a moradia de interesse social. Muitas vezes, mesmo com o crescimento vertiginoso das cidades, os problemas habitacionais passaram despercebidos ou estiveram atrelados a políticas públicas associadas ao desenvolvimento econômico. As camadas de menor poder aquisitivo acabam por ocupar áreas irregulares, configurando uma forma desordenada de uso e ocupação do solo urbano: favelas, cortiços, loteamentos irregulares e clandestinos, além das áreas de risco que caracterizam a cidade informal.

O adensamento populacional e a expansão urbana são os principais elementos de transformação da paisagem urbana, modificando o tamanho, a escala e a densidade de sua estrutura. Refletir sobre a constituição dessa dinâmica a partir da atuação dos agentes públicos e privados é o fio condutor desta pesquisa, a partir do papel do Córrego Botafogo na estruturação do espaço urbano da região Central, Sul e Sudeste de Goiânia.

Por meio de uma abordagem historiográfica é possível analisar a paisagem urbana de Goiânia, considerando o Córrego Botafogo como elemento importante: a oeste, a cidade legitimada e voltada às classes mais altas e o *locus* de assentamento das classes menos favorecidas – a leste de suas margens, a cidade informal, fruto das ocupações irregulares, como a Vila Botafogo, regularizada como Setor Leste Vila Nova e Setor Universitário.

Para o desenvolvimento da pesquisa também foram considerados os aspectos político-institucional, econômico-fundiário e socioespacial e as diferentes escalas geográficas (MARX, 1999). Destacam-se: os agentes públicos, na tomada de decisões e formulação de leis, bem como na fiscalização como substratos do

ordenamento espacial; a conjuntura econômica e os sistemas produtivos como elementos norteadores da distribuição e apropriação da terra (rural ou urbana) e, por fim, a localização das classes sociais e o rebatimento destes grupos sociais na escala cidadina. São aspectos que dialogam entre si e configuram a apreensão da construção do espaço urbano em distintas escalas: a regional, cujas interferências ocorrem sob o viés político-institucional e econômico; a local, que deflagra a organização socioespacial bem como os reflexos da escala regional na estrutura urbana, permitindo o mapeamento dessas ações na transformação da paisagem urbana de Goiânia. Entre os aspectos observados, tem-se o espraiamento do tecido urbano, superando as barreiras naturais a leste, desfigurando o traçado planejado e a formação de uma paisagem dispersa ou *uma outra cidade*.

## **2. Espraiamento, dispersão e concentração: Um método de leitura do espaço urbano contemporâneo**

A cidade do século XXI situa-se como a espacialidade das ações humanas - antropização de mais áreas urbanas no planeta e, cada vez mais, efetiva as relações sociais, cuja temporalidade se desloca do processo cíclico e sazonal da natureza. Essas mudanças prenunciam uma revisão das relações intrínsecas entre esses dois subsistemas que coexistem na biosfera. O estudo da paisagem urbana não deve ser feito de forma fragmentada, parcial, mas por meio da compreensão dos fenômenos que a moldam e sugerem novas formas. Entender a complexidade do urbano é fator essencial para analisar sua dinâmica e suas relações espaço-tempo,

pois as transformações tornam-se mais aceleradas, devido aos processos dinâmicos e crescentes de urbanização.

Ao observar as transformações morfológicas desses espaços urbanos, tem-se uma sobreposição de camadas históricas somadas a uma sucessão de dinâmicas socioespaciais que possibilitam compreender sua gênese. As mudanças intraurbanas permitem identificar processos de constituição de paisagens urbanas e como os agentes públicos e privados atuam, resultando em formas específicas de ocupação do solo urbano.

A configuração da paisagem urbana, tal qual descreve Santos (2008, p. 53), são formas mais ou menos duráveis, em que se observam dois elementos: os naturais e aqueles construídos pela ação humana. A paisagem, mesmo sendo uma forma durável com extratos materiais dos processos acima descritos, não é conjunto estático e fixo, pois suas nuances evocam mudanças em diferentes escalas, ritmos e intensidades: “[...] em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade.” (SANTOS, 2008, p. 54).

Nessa relação, entre os vários extratos que configuram a forma da paisagem urbana, podem ser identificados elementos mais consolidados, pelo menos quanto à aparência, que são os testemunhos do passado. No entanto, a cada mudança significativa das relações socioespaciais, podem ser constatadas alterações na estrutura urbana. Isso porque a análise de formação de determinados aglomerados, permite compreender o desenvolvimento da sociedade. Para Santos (2008, p. 54), a paisagem é:

[...] o resultado de uma acumulação de tempos. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa

acumulação é diferente: os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção. A paisagem, assim como o espaço, altera-se continuamente para poder acompanhar as transformações da sociedade. A forma é alterada, renovada, suprimida para dar lugar a uma outra forma que atenda às novas necessidades da estrutura social.

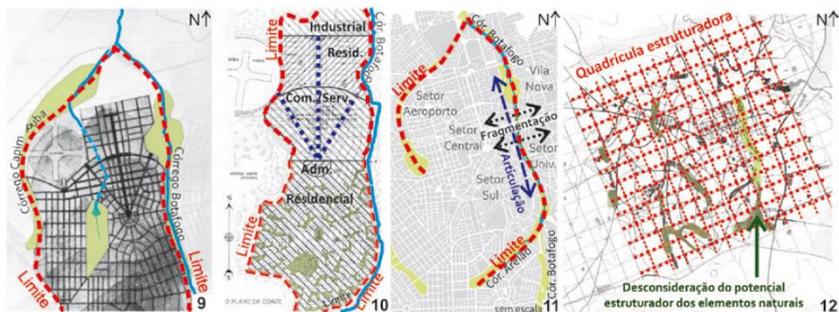
A cidade alastra-se sobre as áreas rurais e/ou naturais, dispersando-se e conglomerando distintas organizações espaciais, principalmente, pela apropriação das áreas periféricas, cujas atividades são provenientes de interesses distintos, que, para Secchi (2009), revelam os atores deste processo, como os promotores imobiliários e os agentes públicos. Nesse ínterim, cabe destacar a absorção dos elementos naturais, como os cursos d'água, muitas vezes dilacerados, camuflados e/ou transvestidos com novas feições quando inseridos ao perímetro urbano.

Se antes as barreiras e os limites das cidades eram facilmente identificáveis, hoje não esmeramos com precisão "o início ou fim das cidades". O crescimento das aglomerações, vistos como um "[...] conjunto de fenômenos de extensão e adensamentos apreendidos de um ponto de vista morfológico [...]" (PANERAI, 2006, p. 51), permite uma análise da gramática da forma sem, contudo, descartar os atores responsáveis pelas transformações da paisagem urbana. A partir do crescimento urbano, pode-se vislumbrar a totalidade das aglomerações, tendo em vista seu caráter dinâmico, que pode ser mais ou menos lento, mais ou menos estável, de acordo com os fatores intraurbanos apontados por Marx (1999).

Em outras palavras, a transformação das aglomerações pode ser mais lenta e superficial, marcando períodos de estabilidade ou, ao contrário, mais virulentas e profundas, implicando em rupturas ou novas tendências de crescimento. Desse modo, a análise da conformação atual da cidade de Goiânia, tendo em vista sua inserção material no território e as legislações urbanísticas, possibilita compreender a sua história por meio das extensões ocorridas principalmente na direção leste e sul, superando a barreira do Córrego Botafogo.

A leitura apresentada reúne uma série de aspectos relevantes à compreensão da dinâmica urbana, tendo em vista os fenômenos de dispersão e concentração, definidos por Secchi (2009) como norteadores da implosão da periferia, em que diferentes formas urbanas são constituídas, não apenas sob o aspecto físico, mas também pela própria temporalidade de sua consolidação, em virtude dos interesses que revestem a expansão do tecido urbano.

Observa-se, em Goiânia, a tentativa do Estado em controlar sua ocupação, tendo como referência de limite a Leste e Sul do plano original, o Córrego Botafogo, que foi sendo superado e incorporado à trama urbana à medida que os elementos artificiais prevaleceram (figura 1).



**Figura 1**

Diagramas de inserção do Córrego Botafogo. 9) Plano de Atílio Corrêa Lima; 10) Plano de Armando de Godoy; 11) Plano de Saia - não implantado; 12) Plano de Wilhelm. Fonte: Zárate e Pantaleão (2014)

No plano de Atílio Correa (1933-35), quando Goiânia foi idealizada, o Córrego Botafogo foi caracterizado como limite da zona de expansão urbana. Comparando as propostas dos limites administrativos de 1938 a 1969, é visível uma ocupação em todos os sentidos do Córrego, porém com maior adensamento a Leste, onde estão localizados os atuais bairros Setor Leste Vila Nova e Setor Leste Universitário. Para Jorge Wilhelm (1969), o limite de desenvolvimento deveria ir até a BR-153, não incentivando o adensamento a leste deste elemento, tendo em vista as condições naturais identificadas.

A construção de mapas analíticos e a análise da legislação urbanística possibilita observar os aspectos de transformação da paisagem urbana ao longo da história para identificar a gênese de épocas distintas, com atores específicos, consolidando ora os aspectos político-institucional, econômico-fundiário e/ou socioespaciais

notadamente na formação das áreas periféricas para além do limite do Córrego Botafogo.

Em suas reflexões, Secchi (2009, p. 54-55) aponta que as áreas periféricas vão se expandindo, visto o crescimento das cidades, engendrado por diversos atores, o que modifica as relações espaciais, acarretando uma nova realidade ao ambiente construído: “[...] a cidade passa se dissolver em um território urbanizado informe e sem limites” (p. 55). A dispersão é, portanto, um fenômeno característico da cidade contemporânea, que não se efetua sozinho, sendo acompanhado também pela concentração, isto é, o adensamento do tecido urbano, conformando um território como “[...] um enorme palimpsesto no qual as diferentes gerações deixaram o vestígio de suas passagens e isso leva a considerar novos olhares para o problema do todo, da forma e da dimensão da cidade.” (SECCHI, 2009, p. 80)

Desse modo, conforme o autor, as consagradas metodologias de análise física do espaço parecem se deslocar meramente da leitura sintática, pela descrição física ao somar outras ferramentas de abordagem da cidade contemporânea. Nesse sentido, é importante considerar a dinâmica espaço-tempo, intrínseca ao processo de construção, transformação e consolidação de fragmentos urbanos, os quais ocorrem em ritmos diferentes e, também, em escalas distintas, mas que se confrontam e coexistem na realidade contemporânea. Significa observar as distintas camadas presentes em Goiânia que conformam *uma outra cidade* para além daquela definida nos planos e projetos.

A somatória entre aspectos político-institucional, econômico-fundiário e socioespacial e as análises morfológicas propostas por Panerai (2006) colaboram para apreender os fenômenos ambientais e culturais que permeiam os fatores

físico-formal de estruturação da paisagem. Em suas colocações, Secchi (2009) aponta que o *contexto* permite explicitar as características imateriais, propagadas na dimensão físico-formal, revelando a estrutura urbana de uma cidade planejada como Goiânia e suas características atuais.

### **3. Formação da estrutura urbana de Goiânia**

A análise do crescimento de Goiânia apoia-se em três categorias definidas por Lefebvre (1999): forma, estrutura e função. Em suas observações, o autor destaca que a análise percorre a dimensão tempo no espaço, desvelando que as práticas sociais desnudam um processo permanente de configuração do fenômeno urbano.

Secchi (2009) amplia essa análise ao considerar a dimensão tempo na leitura do fenômeno urbano, pois, a cada periodização, é possível estabelecer quais aspectos contribuíram e/ou determinaram a estruturação e as distintas formas urbanas, especialmente quando o objeto de estudo são as feições da cidade contemporânea. Como pano de fundo, a concentração é um fenômeno recorrente, bem como a dispersão, que segundo Secchi (2009) altera o legado de uma longa duração histórica imputado às cidades:

[...] a perspectiva irrefreável da cidade e o temor de sua dissolução em formas de implantações dispersas das quais é difícil de compreender a função e sentido futuros; entre o pesadelo de uma metrópole que se torna megalópole, lugar de concentração das massas de população cada vez mais

impotentes, que perde, à própria medida, que se torna desmesurada, estranha à experiência individual e coletiva de seus habitantes, que não é mais possível conhecer e dominar seus aspectos técnicos e funcionais [...]. (SECCHI, 2009, p. 32)

Outro autor importante para a análise proposta é Panerai (2006), uma vez que considera o crescimento das cidades a partir de seus elementos reguladores, que podem estimular ou inibir a expansão da aglomeração, seguidos pelos processos de desenvolvimento e adensamento. Para o autor, a constituição do tecido urbano se processa ao longo do tempo, resultando em configurações espaciais distintas e em diferentes níveis, o que resulta em áreas distintas, a saber: tecidos com sedimentação histórica, tecido em consolidação ou tecidos em estágio inicial de formação. Goiânia apresenta estas três tipologias de tecido urbano apontadas por Panerai (2006), que podem ser delimitadas, pelos elementos naturais e construídos responsáveis pela estruturação da paisagem da cidade. Dentre esses elementos, o Córrego Botafogo teve papel fundamental, podendo ser considerado como uma barreira inicial - limite da cidade planejada e, por outro, um polo de crescimento a sul, impulsionando a ocupação do Jardim Goiás e o espraiamento com a implantação de condomínios horizontais fechados, que hoje moldam a paisagem da região Sudeste entre conjuntos habitacionais de décadas anteriores. São dinâmicas que conferem à forma urbana uma instabilidade frequente, que dilacera as concepções ideais de um ambiente construído rígido e/ou estático, como espelho da própria sociedade e de suas mudanças comportamentais ao longo do tempo, que a modificam. A cidade traduz um espaço urbano que

[...] não é organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social [...] o estudo da estrutura urbana deve ser conduzido em dois planos: trata-se, por um lado, de elaborar instrumentos teóricos suscetíveis de apreender o concreto-real de uma maneira significativa e, por outro lado, de utilizar esses instrumentos numa sucessão descontínua de análises particulares visando a dados fenômenos históricos. (CASTELLS, 2000, p. 182)

A dilatação e expansão, especialmente das cidades planejadas, comprovam a dinâmica urbana desencadeada por fenômenos de naturezas distintas e seus agentes que passam a intervir de forma mais contundente em meados dos anos 1970, quando o fluxo migratório é mais intenso e ocasiona a dispersão do tecido urbano, alastrando sobre áreas exclusivamente residenciais na periferia urbana. Um processo marcado, principalmente, pelos dados estatísticos de alta concentração demográfica e o espraiamento em km<sup>2</sup>. A simplificação de tais dados, por vezes, não apreende a totalidade do fenômeno urbano, pois muitas vezes a interpretação estabelece apenas parâmetros quantitativos.

O Decreto Estadual nº. 3.359, de 18 de maio de 1933, estabeleceu as normas para a implantação de Goiânia como a nova capital de Goiás, às margens do Córrego Botafogo, nas fazendas Criméia, Vaca Brava e Botafogo, pertencentes ao município de Campinas. Nesse documento, foram determinadas as áreas particulares a serem desapropriadas e o domínio da zona urbana (setor central e zona norte), destinado à ação do Governo do Estado e a zona suburbana e rural, a quatro

léguas de latitude e longitude zero, destinadas à Prefeitura<sup>4</sup>. Já o decreto n° 3547, de 6 de julho de 1933, definiu os parâmetros urbanísticos para elaboração do projeto, dividido em três etapas: esboço geral do traçado da cidade, anteprojeto e a organização do plano diretor com seus aspectos urbanísticos. Em seu relatório técnico, Atílio descreveu os elementos da cidade e ressaltou o papel de cinturão verde como limite à zona urbana, mas que não impediu a superação dessa barreira natural, uma vez que não houve uma preocupação efetiva para fixação da população de menor poder aquisitivo. Ao contrário, como se verifica em relatos da época, eram vistos como mão-de-obra necessária à construção da cidade ainda que esta não detivesse políticas urbanas habitacionais.

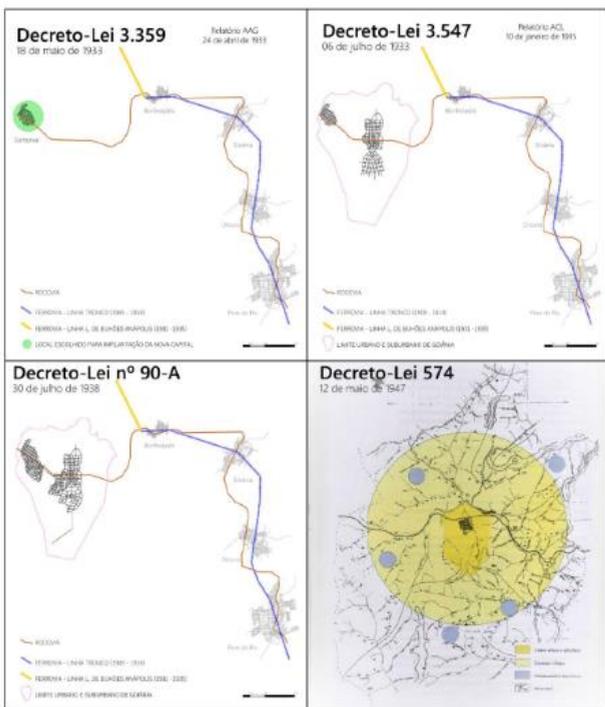
A estrutura urbana de Goiânia é pautada pelo controle do Estado entre 1933-38, em que as ações políticas-institucionais demarcaram a idealização da cidade e não propriamente sua ocupação, repercutindo o DNA de cidades novas (TREVISAN, 2009): o *desejo* de Pedro Ludovico Teixeira, interventor do Estado que buscou, entre os mais renomados urbanistas da época, unir necessidade e desejo: viabilizar a construção da capital por meio do loteamento das áreas do Estado, comercializando-as e, de outro, reforçar a política federal de integração nacional, a “Marcha para Oeste”.

Manso (2018), ao analisar os decretos iniciais, aponta as motivações de fincar uma cidade nova no Planalto Central. Para a autora, trata-se de uma experiência urbanística que contou com a participação de vários profissionais, entre eles, ainda que no campo das ideias, Atílio Correa Lima e Armando Augusto de Godoy. O

---

<sup>4</sup> Conforme Plano Integrado de Desenvolvimento de Goiânia (PREFEITURA DE GOIÂNIA, 1992).

papel deste último é relevante pois fora contratado para definir o sítio de implantação da cidade e corroborou para as modificações iniciais tanto do núcleo urbano quanto das áreas de suburbanas e rurais (figura 2).



**Figura 2**

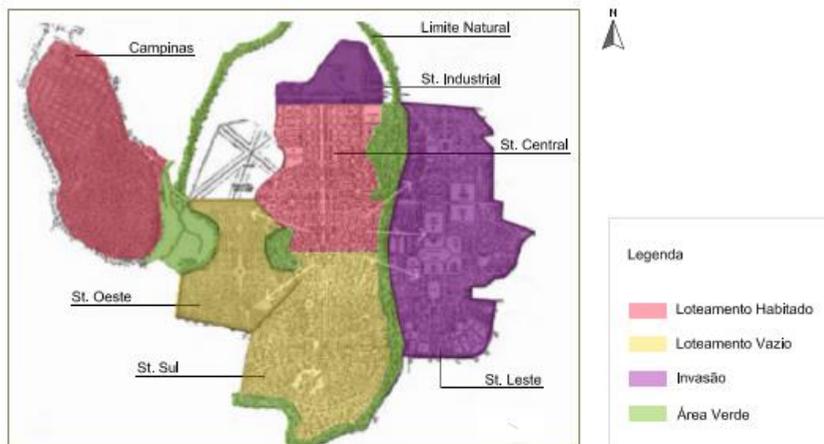
Espacialização dos Decretos-Lei quanto à definição do perímetro de Goiânia. Decreto Lei 3359, definição do lugar; Decreto-lei 3547, perímetro do município, incorporando Campinas; Decreto-lei nº90-A, redefinição do núcleo urbano de Goiânia e, Decreto-Lei nº 574, definição das áreas do Estado e do Município. Fonte: Manso, 2018.

A implantação da nova capital ocorreu entre os anos de 1936 e 1947, sob a coordenação da firma Coimbra Bueno & Cia, entremeando a construção dos edifícios públicos no núcleo projetado por Attílio Correa Lima e o surgimento de áreas não previstas em áreas rurais pertencentes ao município<sup>5</sup>, próximas ao Córrego Botafogo e, até mesmo, em suas margens. Os funcionários públicos que necessitassem de moradia obrigatória, receberiam lotes e caberia ao Estado construir casas, com parcelamentos a longo prazo e com baixas prestações, estimulando a fixação da população na cidade. No entanto, não foram previstas residências para os operários, que ocuparam a margem leste do Córrego Botafogo, em caráter de provisoriedade. A falta de planejamento para a moradia desses trabalhadores já evidenciava os problemas habitacionais, levando a inúmeras invasões, culminando no espraiamento da área urbana, com maior ênfase nas décadas de 1970-1980.

Em 1947, foi aprovado o Código de Edificações de Goiânia, sendo também a legislação urbana referente ao zoneamento, uso e ocupação do solo urbano. Outro aspecto dessa lei era a obrigatoriedade de implantação de infraestrutura para aprovação de novos loteamentos por parte dos empreendedores. Parte das áreas invadidas foram regulamentadas, conformando o Setor Leste à direita do Córrego Botafogo (figura 3).

---

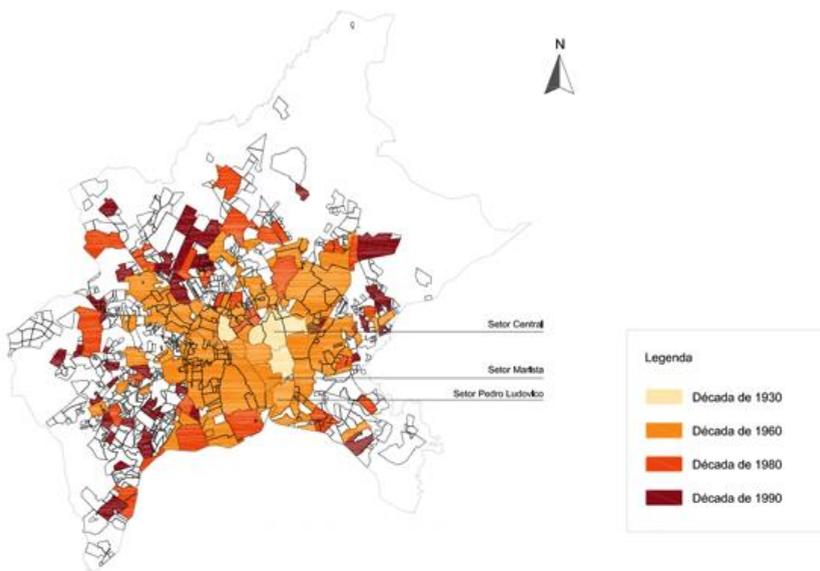
<sup>5</sup> O Decreto n° 3.359, de 18 de maio de 1938, definiu que o domínio da zona urbana ficaria reservado ao Estado e as zonas suburbanas e rurais ao município (MONTEIRO, 1938, p. 68).



**Figura 3**

Planta Geral de Urbanização de Goiânia (1947) com modificações, identificando as áreas ocupadas, aquelas sem ocupação e as ocupações irregulares. Fonte: acervo dos autores, 2017.

A ocupação a leste do Córrego Botafogo se explica pelo interesse do Estado em ocupar suas terras, concentradas a sul e a oeste e, com isso, possibilitar, via comercialização dos lotes, garantir a arrecadação e investimentos na cidade. Com isso, pode-se afirmar que o controle do Estado ocorreu até 1947, dada a reformulação do código de edificações, devido às pressões dos empreendedores imobiliários, desobrigando que os loteamentos fossem aprovados com a devida infraestrutura (figura 4).



**Figura 4**

Bairros aprovados por década 1930-1990. Fonte: elaborado pelas autoras, 2017.

Essa medida delimitou a atuação do poder público no que se refere ao controle do uso do solo na capital, uma vez que suscitou a atuação mercantil nas terras a sul do plano original (MORAES, 1991). Centenas de bairros foram aprovados e culminaram na expansão urbana, ainda que a ocupação se concentrasse no núcleo

original, corroborando para a formação de um território fragmentado e disperso com inúmeros vazios entre o núcleo original e esses loteamentos periféricos.

De 1947 em diante, a atuação dos agentes públicos e privados tangenciaram interesses comuns, perfazendo a doação de terras e a flexibilização de exigências de infraestrutura urbana, resultando em um crescimento urbano inimaginável.

Muitos bairros residenciais, distantes do centro da cidade, se configuravam como aglomerações isoladas, dificultando a implantação de serviços públicos e do sistema de circulação. Neste período já aparecia um grave problema urbano, ligado a fatores sociais e econômicos, a saber: a disputa do espaço urbano entre as pessoas de menor poder aquisitivo, que eram expulsas para as regiões mais periféricas, em virtude da especulação imobiliária. A ocupação urbana se afastou do centro urbano sem que houvesse uma lógica de urbanização e uma estrutura coerente para atender todas as regiões habitadas. As áreas mais centrais configuravam como grandes vazios à espera de valorização e maiores lucros aos empreendedores, sendo caracterizadas como “estoque de terras” (MOYSES, 1991).

As atividades comerciais e de prestação de serviços se expandiram, mas como pequenos núcleos, contrário a dimensão setorial da cidade, como propõe Lamas (2001). Nesse período, a paisagem é caracterizada pela horizontalidade acentuada e poucas construções verticais. O predomínio da periferia e do entorno às imediações do centro ocorrem por ocupações residenciais, cabendo ao centro as atividades comerciais, culturais, administrativas e sociais.

Com a construção de Brasília, muitos operários e trabalhadores se instalaram em Goiânia, invadindo a área da Vila Nova e, posteriormente, foram erradicadas para

o Setor Macambira (atual Setor Pedro Ludovico). O Setor Botafogo, hoje Setor Leste Universitário, teve o incentivo da ocupação pelo governo, que doou terras, além da instalação das universidades nesta região, organizando sua estrutura urbana e, de certo modo, determinando a paisagem da área urbana reconhecida em 1947.

Diante da latente modificação que acometia Goiânia, com o intenso crescimento demográfico e ocupação sem regulamentação específica, além dos problemas urbanos decorrentes da extensa expansão periférica, houve a necessidade de implementação de legislações urbanísticas, visando controlar a expansão desenfreada. Verificam-se que a atuação dos agentes públicos e privados estavam em conflito e, para tanto, regulamentar o uso e ocupação do solo era indispensável para sanar o rápido crescimento da capital de Goiás.

#### **4. A visão desenvolvimentista progressista nas legislações urbanísticas de Goiânia (1959-1992)**

O final dos anos 1950 apontava desafios para Goiânia, uma vez que contabilizava mais de 130mil habitantes em sua zona urbana, havendo uma forte pressão para novos loteamentos e regularização das áreas invadidas. Grande parte destas, localizadas na região sul, eram terras pertencentes ao Estado. Ademais, a Lei n° 1566/1959 foi uma medida que suspendeu a aprovação de loteamentos particulares até a realização de uma análise dos já existentes, sendo uma medida de controle por parte do Estado. Outro embate, desse período, ocorreu entre Estado e Prefeitura, visando o controle de uso e ocupação do solo, tendo em vista

a arrecadação de impostos. Entre 1961 e 1966, a prefeitura tornou-se mais autônoma em relação ao Estado, sendo responsável pela urbanização, conservação e cadastro imobiliário da cidade. Esse quadro permitiu a contratação de Luís Saia para elaborar diretrizes urbanas que permitissem ordenar o solo urbano. Sua proposta não foi implantada, mas abordou aspectos históricos, metodológicos e administrativos, além de identificar barreiras, polarização/atração, e homogeneização da estrutura urbana, definindo seis regiões no município.

Essas regiões tiveram suas características abordadas separadamente e foram caracterizadas em um diagnóstico. Esse documento continha soluções descentralizadas e mais específicas, além dos levantamentos dos aspectos gerais do município. A partir desse relatório foram propostas diretrizes, como a preservação da bacia hídrica e o desenvolvimento de sistema viário. As regiões foram definidas em: Central, Campinas, Dergo, Macambira, Universitária e Meia Ponte. Não obstante, Luís Saia indicou a necessidade não apenas de reordenar o uso e a ocupação do solo da cidade, mas também a recuperação dos fundos de vales, a valorização e preservação do núcleo central e a implantação de equipamentos urbanos.

As discussões acerca da importância do planejamento urbano ganhavam força no Brasil, ao longo da década de 1960, culminando no desenvolvimento de legislações específicas de controle da expansão urbana. Hoje, tem-se como instrumento de ordenamento territorial o Plano Diretor, definido no Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001), cujo objetivo é promover a política urbana dos municípios.

Nas últimas quatro décadas, foram elaborados três planos diretores<sup>6</sup> buscaram nas definir o espaço intraurbano de Goiânia. Os Planos de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) (PREFEITURA DE GOIÂNIA, 1969; 1992) resultaram em proposições de ordenamento territorial a partir de análises e diagnósticos sobre a situação urbanística da cidade, que, inicialmente planejada para 50 mil pessoas, contabilizava, no final dos anos 1960, mais de 350 mil habitantes.

O objetivo principal desses instrumentos urbanísticos estava em promover o desenvolvimento da cidade e o enfrentamento da dinâmica de crescimento acelerado, uma vez constatadas as altas taxas demográficas, o espraiamento do território e a dificuldade do poder público em acompanhar essa dinâmica. No PDIG de 1969, foram priorizadas medidas que fixassem a população na cidade, por meio de atividades econômicas industriais, principalmente pela alavancagem do setor da construção civil. Em suas considerações, Jorge Wilhelm (1969) apontava a expansão controlada, estabelecendo o sistema viário como principal elemento estruturador do espaço intraurbano. Por outro lado, buscava na implantação de conjuntos habitacionais, na zona de expansão urbana, a solução para a permanência da população migrante.

Wilhelm traçou um diagnóstico da situação da cidade e lançou um olhar desenvolvimentista visando o ordenamento territorial de Goiânia, tendo em vista a implantação de grandes equipamentos e estruturação do sistema viário, além de urbanizar as áreas periféricas por meio de conjuntos habitacionais.

---

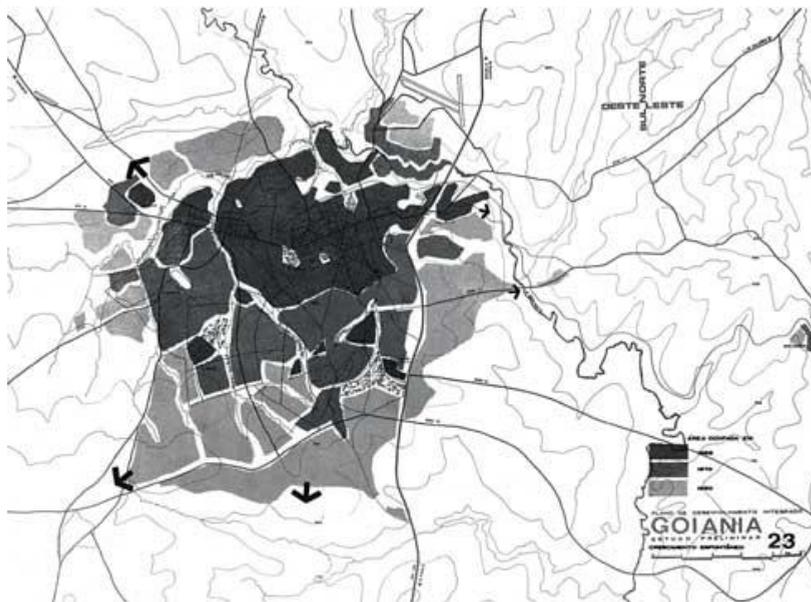
<sup>6</sup>Consideram-se os Planos de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) de 1969 e o de 1994 visto que estes definiram a legislação urbanística anterior ao Estatuto das Cidades. Em 2007 houve a revisão da legislação urbanística e, atualmente, encontra-se como minuta de lei a última revisão.

Ademais, prevaleceu o zoneamento funcional, a manutenção da relação centro-periferia, reafirmando a visão da urbanística moderna. Wilhelm inseriu a política habitacional como aspecto da metodologia urbanística para cidades subdesenvolvidas. Com isso, configura, no PDIG, uma hipótese morfológica de desenvolvimento urbano de Goiânia no sentido Leste-Oeste, intencionando inibir a acelerada expansão no sentido Norte-Sul (MEDEIROS, 2014). A situação de Goiânia era extremamente peculiar, pois se tornara uma cidade com grandes ambições, porém sem estrutura para alavancar a capital de um Estado em ascensão. Wilhelm (1969) detalha as condições de Goiânia:

No que tange aos aspectos urbanísticos observa-se inicialmente que a infraestrutura (redes de água, esgoto, luz, telefone, pavimentação, abastecimento etc.) revelam grande déficit e atendem principalmente a um setor que estende no sentido Leste-Oeste [...] o déficit em pavimentação, setor atacado prioritariamente pela atual gestão, ainda é grande, sendo muito sentido pela população [...]. (WILHEIM, 1969, p. 252).

O diagnóstico de Wilhelm anunciava a necessidade de definir uma administração pública que fosse capaz de assumir os compromissos propostos no PDIG, principalmente quanto à captação e gerenciamento dos recursos destinados ao desenvolvimento urbano. Nesse quesito, nota-se a preocupação em garantir o cumprimento da proposta calcada em critérios econômicos, isto é, na arrecadação de impostos, sendo mais uma vez incentivada a venda de terras, novos parcelamentos e, em consequência, a ampliação das zonas urbana e suburbanas. No Estudo Preliminar do PDIG (figura 5), constatou-se a direção de crescimento em

três momentos: até 1968 (mais escuro); em 1970 (cinza escuro) e, em 1980, (cinza mais claro) caso não houvesse medidas de controle do crescimento espontâneo.



### Figura 5

Evolução Urbana com crescimento espontâneo entre 1968 e 1980. Fonte:

<http://www.jorgewilheim.com.br/legado/Galeria/visualizar/624>. Acesso em 08 out. 2019.

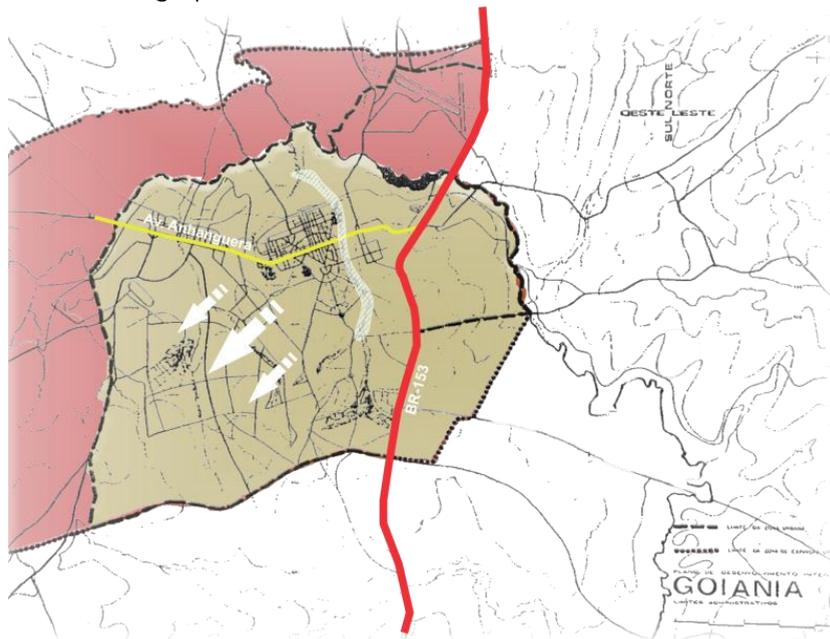
Os limites ocorreriam conforme as barreiras naturais: a norte, o Rio Meia Ponte seria uma barreira ao crescimento nesta direção; a leste, caberia ao Rio Meia Ponte

esse papel, assim como a BR-153, na porção Sudeste; a sul, a expansão seria aberta e contínua, uma vez que os elementos naturais não ofereceriam limitações ao crescimento – os eixos viários como elementos reguladores, sendo limite a sul, o município de Aparecida de Goiânia a partir da Avenida Rio Verde/Avenida Rudá/Avenida Bela Vista (nomes atuais) e, a oeste não havia um limite preciso, mas previu-se a ocupação até os limites do Vale do Ribeirão Anicuns, tendo a GO-040, como limite. Apesar de utilizar como referências os cursos d’água, a proposta de Wilhelm se sobrepunha a estes, tendo como elementos estruturantes do espaço urbano, os construídos, com papel estruturador atribuído aos grandes equipamentos urbanos, conjuntos habitacionais e abertura de vias para articular os diversos fragmentos identificados nos diagnósticos realizados. Nas décadas seguintes, essas vias tornaram-se as referências para a definição do anel viário, além dos processos de conurbação e metropolização, reforçando o papel do sistema viário sobre o de áreas verdes.

Ainda com relação ao levantamento do PDIG, a cidade nesse momento era ocupada, predominantemente, por edificações horizontais, e muito pouco pelas verticais – prevalecia o adensamento espraiado e baixa densidade das zonas urbana e suburbana. A região central era composta por edifícios administrativos, culturais, comerciais e residenciais; as regiões norte, leste e sul tinham predominância residencial. Outros aspectos detectados referiam-se à infraestrutura básica, barreiras de crescimento a norte (em função dos mananciais que abastecem a cidade), a leste (devido à sua topografia acidentada); a sul detectou-se a existência de uma densidade demográfica quase nula, enquanto em Campinas e no centro a densidade era maior.

O objetivo da proposta era estimular a ocupação de áreas periféricas, denominadas suburbanas e oferecer o desenvolvimento econômico por meio de atividades comerciais, industriais e serviços, definidos pelo zoneamento e limites da área urbana e de expansão urbana. O PDIG visava desenvolver a cidade para sudoeste, com o objetivo de ocupar regiões pouco adensadas, destacando os planos de reestruturação do sistema viário e implantação de atrativos - equipamentos de grande porte e conjuntos habitacionais em áreas periféricas ou fora do perímetro urbano, numa visão desenvolvimentista e progressista (figura 6). A partir do Estudo Preliminar, foram propostas e aprovadas quatro leis (Lei 40345/1968) emergenciais que visavam preservar a cidade da especulação imobiliária, além de conter a situação detectada pela equipe do PDIG, notadamente quanto à falta de infraestrutura e a ocupação espraiada. Para tanto, considerou-se também o crescimento exponencial da população, num horizonte de mais de 1.000.000 de habitantes até 1980. Entre as medidas adotadas, houve a proibição de aprovar novos loteamentos até que o PDIG fosse implantado, além de inibir mais construções nos fundos de vales e nas margens da BR-153. Uma das principais preocupações expostas por Wilhelm era garantir o crescimento ordenado, mediante o controle da expansão urbana, sendo prioritário definir o zoneamento e o sistema viário e a localização residencial. O desenvolvimento urbano deveria proporcionar uma ocupação efetiva da zona urbana, sendo necessário desenvolver projetos e programas complementares, como as políticas habitacionais e o sistema de transporte, que, articulados, possibilitariam a localização residencial conforme os objetivos traçados no PDIG, além de

reurbanizar os fundos de vale. No entanto, essas medidas não surtiram efeitos a médio e longo prazo.



**Figura 6**

Limites Administrativos do PDIG 1969 – área urbana (bege) e de expansão urbana (vermelho). Fonte: organizado pelas autoras, 2017.

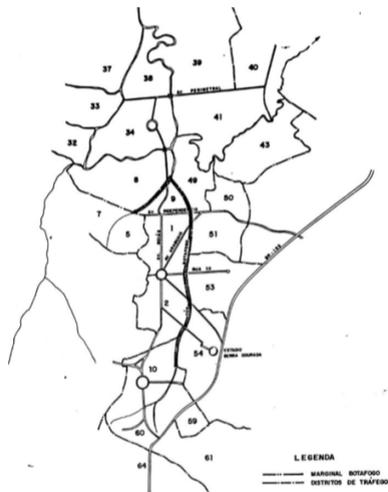
A prioridade dessas diretrizes se explica pelo diagnóstico apresentado: no final dos anos 1960, Goiânia tinha 385.000 habitantes, resultante, principalmente da migração rural. O crescimento concentrou-se no sentido leste-oeste, comprovando que a Avenida Anhanguera foi um polo indutor de crescimento (PANERAI, 2006) e articulador entre Campinas e a cidade nova, Goiânia.

Até o PDIG de 1969, o córrego Botafogo limitava a zona urbana, passando a ser uma linha de crescimento norte-sul à medida que suas margens foram ocupadas e, com a regularização do Setor Universitário, passou a ser um elemento de fragmentação leste-oeste, mas não foi considerado como potencial elemento de estruturação. Ao contrário, considerou-se o sistema viário como elemento de estruturação urbana e, conseqüente, expansão urbana.

Segundo Ribeiro (2004), a solução dada por Jorge Wilhelm para os fundos de vale consistia em sua retificação, dragagem e canalização da área visando os seguintes usos: equipamentos culturais, recreativos, viveiros e verde produtivo. Essas soluções colocariam em risco toda malha verde da cidade, mas por sorte ou ineficiência do poder público, o plano de Wilhelm não foi implantado integralmente. Apenas parte do córrego Botafogo foi canalizado e as áreas públicas do Setor Sul foram descaracterizadas dos projetos iniciais.

Na década de 1990, novos estudos foram realizados e, a partir do diagnóstico realizado pela equipe do Instituto de Planejamento (IPLAN), o plano de Wilhelm foi revisto. Como resultado, tem-se o PDIG de 1992 que priorizou a divisão de Goiânia em áreas especiais, viabilizando conciliar o desenvolvimento econômico, reforçando a definição do sistema viário como indutor de crescimento.

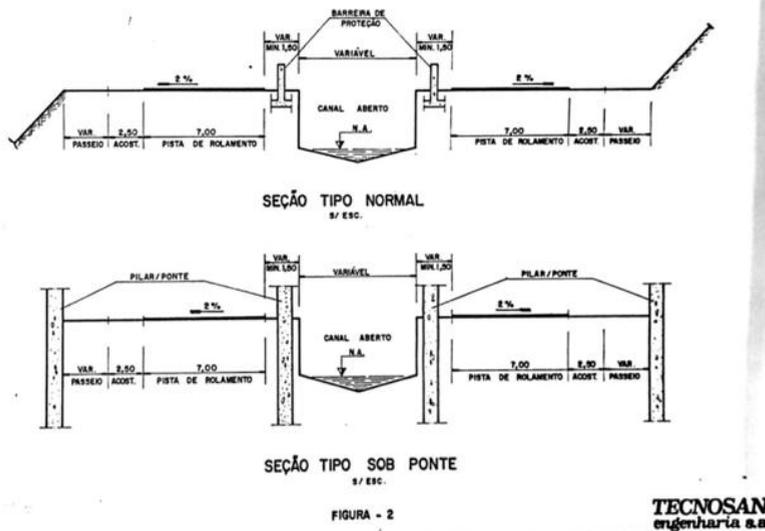
Em relação aos fundos de vale, desconsiderados ao longo das décadas anteriores, passaram a objeto de análise, por meio de diversas propostas de urbanização. Dentre elas, foi elaborado, no início da década de 1990, o “RIMA - Relatório de Impacto Ambiental, Vias marginais do Córrego Botafogo e Capim Puba em Goiânia”, por meio da colaboração entre a Prefeitura e a empresa Tecnosan Engenharia S/A, responsável legal pelos projetos e execução da Marginal. Como objetivo, foram apontados: a necessidade premente de recuperação do Vale dos Córregos Botafogo e Capim Puba e a ligação rápida entre o Sul e Norte da cidade. Para evitar o tráfego no centro, a prefeitura apresentou a proposta de reurbanização dos fundos de vale, incluindo a criação da Via Marginal Botafogo (Figura 7).



### Figura 7

Estudo de implantação da Marginal Botafogo e suas Influências. Fonte: SMDES, 2018.

O RIMA abordou múltiplos aspectos importantes como: diretrizes do traçado viário, estudos topográficos, canalização do córrego, esgoto sanitários, estudo de tráfego, estudo hidrológicos e anteprojetos. Anteprojetos como da Geometria das vias (Figura 8) que auxiliaram na compreensão proposta e viabilizaram posteriormente a implantação da marginal.

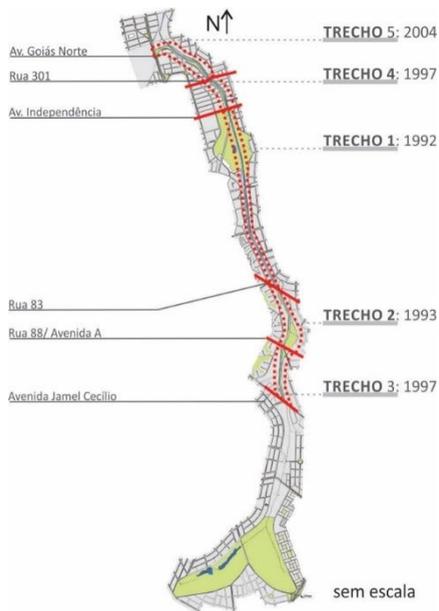


**Figura 8**

Cortes para implantação da Marginal Botafogo. Fonte: SMDES, 2018.

A construção da Marginal Botafogo ocorreu por etapas (figura 9) e, até os dias atuais, não totalmente concluída. O primeiro trecho implantado foi entre a Avenida Independência e Avenida FuedSebba/Rua 83, no Setor Universitário e Setor Sul; em seguida, o trecho entre as Ruas 83 e 88, no Setor Sul. Em 1997, mais dois trechos foram concluídos: a norte, entre a Avenida Independência e Rua 301, Setor Crimeia Leste e, a sul, entre a Rua 88 e Avenida Jamel Cecílio, no Jardim Goiás e,

em 2004, o último trecho implantado entre a Rua 301 e Avenida Goiás Norte, conformando parte do anel viário proposto no PDIG de 1992 (PREFEITURA DE GOIÂNIA, 1992).



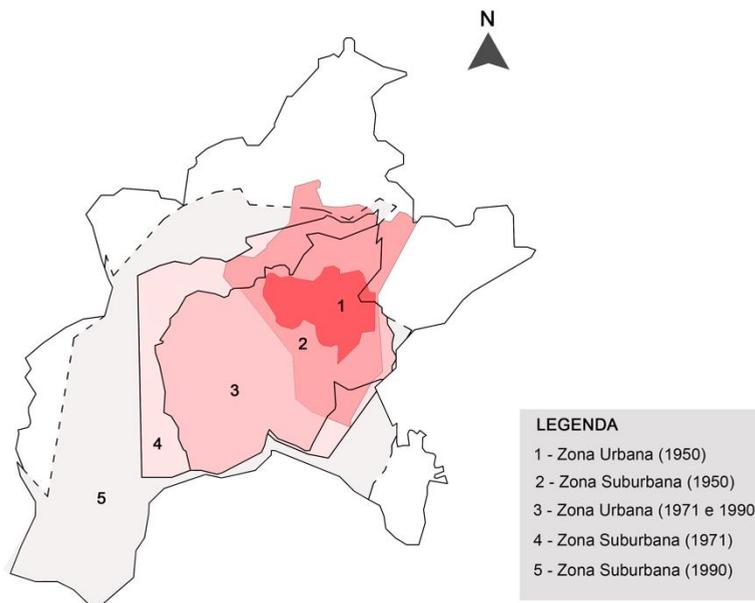
**Figura 9**

Marginal Botafogo – implantação por trechos. Fonte: acervo das autoras (2014).

Para a construção dos primeiros trechos, mais de 1500 famílias, que moravam às margens dos córregos Botafogo e Capim Puba (Setor Pedro Ludovico - Setor Norte Ferroviário), foram removidas. Depois de 20 anos, as obras foram retomadas, em que mais uma vez prezou-se o sistema viário sobre o de áreas verdes, buscando, em sua maioria, dotar lugares estratégicos de infraestrutura em prol dos interesses imobiliários, sendo este um aspecto presente no curso da história de Goiânia.

Numa perspectiva histórica, considera-se que a fragmentação urbana, induzida pela legislação urbanística, ocorreu no final dos anos 1950 e se consolidou nos anos 1960, quando a maior parte dos loteamentos foram aprovados ainda que não tenham sido ocupados imediatamente. Foram fundamentais para esse processo: a implantação de conjuntos habitacionais, financiados por pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e a atuação dos empreendedores imobiliários.

Esse espraiamento corroborou para que Goiânia alcançasse patamares de metrópole, notadamente ao longo dos anos 1970-90 dada a dilatação do perímetro urbano (figura 10). Em consequência, o diagnóstico do segundo PDIG relata as centralidades urbanas da cidade, reconhecendo sua fragmentação e estipulou cenários a partir de áreas temáticas, visando estabelecer as áreas potenciais para articular e proporcionar o desenvolvimento urbano.



### Figura 10

Mapa esquemático - limites das zonas urbana e suburbana das décadas de 1950 a 1990. Fonte: acervo das autoras, 2018.

O crescimento irregular e espontâneo ocorreu por diversos fatores externos à morfologia urbana tais como: a segregação socioespacial e a formação ou dissolução das periferias. Outro aspecto é a metropolização, sendo Goiânia a principal cidade e lócus de concentração do capital especulativo, muitas vezes,

determinando a estrutura espacial das últimas décadas. Mediante esses fenômenos, tem-se a identificação de estruturas urbanas contemporâneas em Goiânia, destacando as áreas periféricas que sofreram maiores transformações e que são fragmentos do tecido urbano.

Do ponto de vista das ideias, verifica-se que o PDIG de 1969 contemplou as premissas modernistas, uma vez que definiu o uso do solo a partir destas vias estruturais, por meio de zonas com usos predominantes. As zonas mistas são mencionadas com restrições, visto que o uso predominante seria o residencial com comércio vicinal. Caberia aos fundos de vale desempenhar o papel de áreas livres de uso público destinadas ao lazer, assinalando suas atribuições funcionais e paisagísticas.

Essa conjuntura possibilitou também a reorganização institucional do município, com a criação da Superintendência do Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia - SUPERPLAN (1969), órgão responsável pela dotação orçamentária e financeira, responsável pela destinação dos recursos federais mediante a ação cooperada entre os diversos órgãos a fim de garantir a expansão a oeste, fato consolidado ao longo dos últimos quarenta anos. Entre os instrumentos legislativos, tem-se o Código de Edificações (1971), com a revisão do PDIG a cada três anos, correspondendo à programação de curto prazo (1972), médio prazo (1973-75) e longo prazo, a partir de 1976. No entanto, observam-se as leis de zoneamento que se limitaram a redefinir o perímetro urbano, corroborando sobremaneira para a fragmentação do território.

Em suma, o PDIG de 1969 possibilita analisar as transformações morfológicas ao longo de 1970-1990, tendo em vista os instrumentos de ordenamento territorial

associados à atuação dos agentes produtores do espaço urbano. Verificam-se momentos específicos de modificações da forma urbana convergentes àqueles definidos por Moraes (1991), permitindo compreendê-las e melhor periodizar a história urbana por meio de uma cartografia e atestar as dinâmicas urbanas e os processos de metropolização.

Para tanto, a proposta buscou estimular a ocupação dessas regiões, promovendo o adensamento simultâneo ao desenvolvimento (PANERAI, 2006) por meio de eixos viários de estruturação urbana - linhas de crescimento e a implantação de equipamentos como centros de atração - polos de crescimento. Essa postura contribuiu para acelerar a expansão urbana em direção aos centros de atração em que os fundos de vale mais se afirmaram como barreiras e/ou limites do que elementos integrados ao desenvolvimento de Goiânia. Os centros de atração, por sua vez, foram constituídos a partir da implantação dos loteamentos, os quais induziram a expansão da malha urbana da região central em direção a essas novas áreas localizadas periféricamente.

## **Considerações Finais**

Essa pesquisa permite constatar que a cidade moderna planejada teve seu território alterado à medida que suas áreas periféricas foram ocupadas, levando à implantação de grandes vias, caracterizando uma malha urbana fragmentada e dispersa. Com o deslocamento de parte da população e das atividades econômicas para a periferia, o controle do espaço urbano pelos mecanismos de planejamento vigentes, pautados na racionalidade e funcionalidade, se tornou ineficaz, notadamente a partir da segunda metade do século passado. Aliada à

dinâmica de metropolização, a economia capitalista teve enorme peso para a determinação dessa configuração espacial urbana.

Goiânia foi idealizada nos 1930 e construída efetivamente na década de 1940, formando um conjunto de cidades novas com o intuito de povoar e desenvolver o interior do país. Era necessário legitimá-la mediante contratação de importantes nomes da história urbana do país. No entanto, ainda que a circulação de ideias tenha sido importante para fundamentar seus princípios urbanísticos, desde sua fundação, houve a ocupação do núcleo projetado e nas áreas adjacentes a ele, atestando os aspectos socioespaciais na produção do espaço urbano, o que demonstra o caráter excludente e a prevalência da lógica da renda fundiária como mecanismo de atração de pessoas. Soma-se também o controle do Estado na venda das áreas destinadas à formação da cidade, expressando os aspectos político-institucionais associados aos econômico-fundiários, como estratégia dos empreendedores imobiliários, agentes presentes desde sempre na produção do espaço urbano.

Os instrumentos de regulação do solo urbano foram definidos nos PDIG, que além de ordenar o solo urbano, buscavam o desenvolvimento social urbano, tendo em vista as diretrizes de crescimento do espaço urbano, promovendo, principalmente, a fixação da população de menor renda na área urbana, preferencialmente na zona suburbana. No entanto, muitas vezes o desejo da casa própria foi convertido em interesses populistas atrelados à valorização do solo urbano, expulsando cada vez mais essa população para as áreas longínquas do tecido consolidado. Observa-se que as estruturas caracterizadas no PDIG reforçam as paisagens que constituem Goiânia desde sua fundação: partes verticalizadas e tidas como de maior

qualidade ambiental e aquelas espalhadas com pouca ou quase nenhuma infraestrutura, atingindo inclusive as franjas urbanas e, por vezes, a área rural entre os municípios. As visões adotadas nos PDIG estiveram baseadas em modelos teóricos que, muitas vezes, não se ativeram às especificidades locais e exaltaram mais o desenvolvimento econômico mediante a valorização fundiária.

A necessidade de expansão da malha urbana fez com que a Marginal Botafogo fosse inserida como elemento de estruturação urbana, a partir da legislação de 1970 que objetivava a expansão e a necessidade de deslocamentos das pessoas. O planejamento desse período enfatizava a expansão urbana, sendo indispensável a implantação de eixos norte-sul e leste-oeste, associadas ao transporte público e à implantação de equipamentos e loteamentos em áreas periféricas. No entanto, as questões ambientais e o papel dos cursos d'água foram preteridos tendo em vista a visão desenvolvimentista. Hoje, verifica-se que a visão de outrora corroborou para a fragmentação do território levando a diversos problemas urbanos, dentre eles os aspectos ambientais e de infraestrutura urbana.

A caracterização do Córrego Botafogo possibilita entender sua inserção nas dinâmicas urbanas contemporâneas e na morfologia da cidade ao longo da história. Também é possível perceber as principais transformações urbanas para o fundo de vale do Córrego Botafogo, desde os primeiros projetos urbanísticos até os dias atuais, quando sua expansão induz a valorização fundiária além de promover a atuação dos empreendedores imobiliários.

Pode-se dizer que, ao longo do tempo, houve diversas mudanças que ocasionaram a desconfiguração do projeto original de Goiânia, como o adensamento populacional e, conseqüentemente, a expansão urbana. Apesar de mantido, os

traços iniciais do centro da cidade, a paisagem preconizada por Atílio foi modificada à medida que a cidade alcançou patamares de metrópole, ressaltando o espraiamento urbano. Desde os anos 1970, a legislação urbanística tem estimulado sua expansão, visando o desenvolvimento urbano. Com isso, o caráter de ocupação da cidade tende a um crescimento espraiado, disperso e fragmentado. Nesse processo, alguns elementos como a verticalização, criação de novos bairros, apropriação e valorização dos espaços verdes, espaços em estado de obsolescência, são essenciais para o estudo do espaço urbano por representarem fragmentos da cidade, vinculados a condição urbana atual.

## Referências

ACKEL, Luiz Gonzaga Montans (2007). **Atílio Corrêa Lima**: uma trajetória para a modernidade. 2007. Tese (Doutorado em Projeto de Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.16.2007.tde-17092010-164414. Acesso em: 2016-11-02.

GOIÂNIA, Prefeitura de (2007). **Plano Diretor de 2007**. Goiânia: SEPLAM.

\_\_\_\_\_. (1992). **Plano Diretor de 1992, vol. 1 e 2**. Seplam.

\_\_\_\_\_. (1969). **Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia - PDIG de 1968**. Goiânia: Seplam.

GONÇALVES, A. R (2003). **Goiânia: uma modernidade possível**. Brasília: Ministério da Integração Nacional / UFG, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE (2001). **Anuário de dados dos censos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000**. Rio de Janeiro:FIBGE.

\_\_\_\_\_. (2001). **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: FIBGE.

LAMAS, Jose Ressano Garcia (2000). **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: ed. Fundação Calouste, 2ed.

MANSO, Celina Fernandes Almeida (2018).**A URBS e os seus problemas**: uma lição de urbanismo na trajetória profissional de Armando Augusto de Godoy. 2018. 448 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) –Universidade de Brasília, Brasília.

MARX, Murillo (1999). **Cidades no Brasil, em que termos?** São Paulo: Studio Nobel.

MEDEIROS, W. A. (2012). **Goiânia, 1968:Transformações Da Cidade No Tempo Mutirão**. In: VI Simpósio Nacional de História Cultural, 2012, Teresina. VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver, Sentir, Narrar. Teresina: UFPI/ANPUH, p. 1-8.

\_\_\_\_\_. (2014) **PDIG/Goiânia(1968): A inserção da questão habitacional na metodologia urbanística de Jorge Wilhelm**. CIEC/UNICAMP, V. 6, Nº 8, JUN. 2014.

MORAES, Sérgio (1991). **O Empreendedor Imobiliário e o Estado: o processo de expansão de Goiânia em direção sul (1975-1985)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília.

- MOTA, Juliana Costa (2004). **Planos diretores de Goiânia, década de 60:** a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilhelm no campo do planejamento urbano. Dissertação (Mestrado em Tecnologia do Ambiente Construído) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos. doi:10.11606/D.18.2004.tde-16042007-163916. Acesso em: 2017-04-25.
- MOYSES, Aristides (2006). **Goiânia: Metrópole não planejada.** Goiânia: Ed. Da UCG, 2004.
- PANERAI, Philippe(2006). **Análise Urbana.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.
- RIBEIRO, M. E. J. (2004). **Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes.** Goiânia: Ed. UCG.
- SANTOS, Milton (2008). **A natureza do espaço:** técnica e tempo. razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp
- SECCHI, B (2009). **A cidade do século XX.** São Paulo: Perspectiva.
- VILLAÇA, F (2001). **Espaço intraurbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 2001.
- WILHEIM, Jorge (1969). **Urbanismo no subdesenvolvimento.** Saga: Rio de Janeiro, 1969, p. 247-275.
- ZÁRATE, Halina Veloso e; PANTALEÃO, Sandra Catharinne. ANÁLISE DA FRAGMENTAO URBANA EM GOINIA O CASO DO BOTAFOGO. **Revista EVS - Revista de Ciências Ambientais e Saúde**, Goiânia, v. 41, p. 137-154, mar. 2015. ISSN 1983-781X. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/estudos/article/view/3874>>. Acesso em: 2016-10-12. doi:<http://dx.doi.org/10.18224/est.v41i0.3874>.